

Artigo

A Escola da Cerâmica Benção (1959): uma escola à margem do Plano Educacional de Brasília

The School of Cerâmica Benção (1959): a school left out of the Education Plan of Brasília

La Escuela de la Cerâmica Benção (1959): una escuela al margen del Plan Educacional de Brasília

Guilherme de Azevedo França¹

Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF, Brasil

Resumo

Reconstitui-se uma história da primeira escola de São Sebastião/DF, a Escola da Cerâmica Benção (1959), a partir de fontes documentais dispersas em diversos acervos. Realiza-se uma pesquisa historiográfica, localizando, identificando e selecionando fontes documentais sobre a história da escola, as quais podem contribuir com a escrita de uma história da educação de Brasília. A pesquisa abrange, além do arquivo da própria escola, outros lugares de memória da nova capital do país. As primeiras escolas do Distrito Federal foram marcadas pela urgência de se atender a uma demanda educacional crescente da população que migrava para a construção da nova capital. A Escola da Cerâmica Benção era provisória e pretendia atender aos filhos dos trabalhadores em olarias e cerâmicas instaladas na então região da Papuda. Ela estava situada na zona rural e não estava prevista no Plano Educacional de Brasília. Percebe-se claramente uma lacuna na documentação do arquivo dessa escola, bem como uma escassez de documentos relativos às escolas rurais nos acervos que guardam a memória educativa de Brasília. A criação e permanência dessa escola, à margem do que se planejou para as escolas do Plano Piloto, reflete em parte um sistema de ensino intrinsecamente diferenciado. Nos primeiros anos de seu funcionamento, há sinais de uma prática escolar cotidiana improvisada, considerando a simplicidade do prédio escolar e a precariedade dos materiais pedagógicos.

Abstract

Based on documentary sources spread in a number of collections, this study reconstructs a history of the first school of São Sebastião/DF, the School of Cerâmica Benção (1959). A historiographical research is conducted to locate, identify, and select documentary sources about the history of the school, which may contribute to the writing of a history of education in Brasília. In addition to the archive of the school, the research includes other places of memory of the new capital of the country. The first schools of the Federal District were marked by the urgency of meeting a growing educational demand generated by the population that was migrating to the construction

¹ Professor de Sociologia e História da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF/DF). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE/UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8140-1732>. E-mail: guifranca@uol.com.br



of the new capital. The School of Cerâmica Benção was temporary and intended to serve the children of workers in pottery and ceramics installed in the region that used to be called Papuda. It was located in the rural area and was not covered by the Educational Plan of Brasília. A gap is clearly observed in the documents of the archive of this school, as well as a scarcity of documents related to rural schools in the collections that keep the educational memory of Brasília. The creation and permanence of this school out of the plans for the schools of the Pilot Plan reflects, in part, an intrinsically differentiated educational system. Considering the simplicity of the school building and the precariousness of the teaching materials, signs of an improvised daily school practice may be observed along the first years of operation.

Resumen

Reconstituyese una historia de la primera escuela de São Sebastião/DF, la Escuela de la Cerâmica Benção (1959), a partir de fuentes documentadas en diferentes colecciones. Realizase una investigación historiográfica, localizando, identificando y seleccionando fuentes documentadas sobre la historia de la escuela, las cuales pueden contribuir con el relato de una historia de la educación de Brasilia. El estudio contempla, más allá del archivo de la propia escuela, otros lugares de memória de la nueva capital del país. Las primeras escuelas de Distrito Federal fueron marcadas por la urgencia de atender a una demanda educacional creciente, por parte de la población que emigraba para la construcción de la nueva capital. La Escuela de la Cerâmica Benção era provisoria y pretendía atender a los hijos de los trabajadores en talleres de alfarería y cerámicas instalados en la región de Papuda. Ella estaba situada en la zona rural y no estaba prevista en el Plano Educacional de Brasília. Se percibe claramente una laguna en la documentación del archivo de esa escuela, así como la escasez de documentos relacionados con las escuelas rurales en las colecciones que guardan la memoria educacional de Brasilia. La creación y permanência de esa escuela, al margen de lo que fue planeado para las escuelas del Plan Piloto, refleja en parte un sistema de enseñanza intrínsecamente diferenciado. En los primeros años de su funcionamiento hay señales de una práctica escolar cotidiana improvisada, considerando la simplicidad del edificio escolar y la precariedad de los materiales pedagógicos.

Palavras-chave: Arquivo escolar, Lugar de memória, História da educação, Escola da Cerâmica Benção.

Keywords: School archive, Place of memory, History of education, School of Cerâmica Benção.

Palabras clave: Archivo escolar, Lugar de memoria, Historia de la educación, Escuela de la Cerâmica Benção.

Introdução

Os arquivos são templos modernos - templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social. (Cook, 1988, p. 143).

A Escola Classe Cerâmica da Benção, localizada na atual Região Administrativa de São Sebastião, foi criada em 1959, antes da inauguração de Brasília. Era chamada de Escola da Cerâmica Benção. Ela atendia aos filhos dos trabalhadores das cerâmicas e olarias, instaladas na região da Papuda, que produziam tijolos e telhas para a construção da nova capital do Brasil. A localização de documentos históricos, em seu acervo escolar e em outros lugares de memória que dizem respeito à sua história, permite reconstituir uma história dessa primeira escola de São Sebastião/DF.

Há pesquisas sobre a história da educação em Brasília que enfatizam o caráter inovador do Plano Educacional de Brasília, proposto por Anísio Teixeira, a partir da sua concepção e diretrizes normativas, e tratam da sua implantação, considerando-se principalmente as escolas do Plano Piloto de Brasília, as que integram esse modelo educacional. (Pereira *et al.*, 2011). A relevância da pesquisa sobre a história da primeira escola de São Sebastião evidencia-se por se tratar de uma escola provisória, que não estava prevista no Plano Educacional de Brasília, situando-se fora do Plano Piloto da capital federal.

No campo da história da educação no Brasil, os arquivos escolares constituem-se um tema relevante (Galvão *et al.*, 2008), consolidando-se uma tendência na pesquisa histórico-educacional recente. Identifica-se nas revistas especializadas em história da educação a publicação de quatro dossiês tratando dos arquivos escolares: Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação (2005), Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus (2005), Arquivos, objetos e memórias educativas: práticas de inventário e de museologia (2011) e Patrimônio histórico - educativo escolar: os arquivos históricos em suas instituições de origem (2016).

O objetivo desse artigo é reconstituir uma história da Escola Classe Cerâmica da Benção, a partir dos documentos de arquivo localizados tanto no acervo escolar como em outros lugares de memória da educação no Distrito Federal, contribuindo com a escrita de uma história da educação em Brasília.

Para tanto, alguns conceitos tornam-se fundamentais no desenvolvimento desta pesquisa: documento / arquivo, história e lugares de memória.

A procura por documentos nos arquivos acerca da primeira escola de São Sebastião corrobora com a possibilidade de uma crítica a uma história épica da construção de Brasília, uma cidade planejada, com um plano educacional inovador. Porém, como diz Ragazzini (2001, p. 23), “os dados de uma escola não explicam o conjunto geral de uma época, muito menos, o contexto histórico geral e a legislação vigente”. Esse autor afirma também que as fontes escolares não são suficientes para fazer uma história integral da escola, não sendo as únicas possíveis para tal, embora sejam importantes e significativas. É necessário um uso graduado das fontes, sendo necessário, “retornar às fontes – em determinados casos, buscar pela primeira vez as fontes”. Ainda, estabelece-se uma diferenciação entre as fontes *para* a história da escola e da educação e as fontes *da* história da escola e da educação.

A pesquisa sobre a primeira escola de São Sebastião / DF evidencia uma lacuna temporal de documentos nos seu arquivo, bem como há uma

ausência ou um “silêncio das fontes” que dizem respeito especialmente à história das escolas rurais nos acervos que guardam a memória educativa de Brasília.

Entretanto, como esclarece Le Goff (2003, p. 109):

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e da ausência dos documentos.

Farge (2011, p. 09) afirma que “na atualidade, ora trágica, ora melancólica, há lugares para a história que permitem confrontar o passado e o presente, interrogando de outra forma os documentos e os acontecimentos, procurando articular o que desaparece com o que aparece.” Essa historiadora atribui uma importância ao acontecimento, proporcional à inquietude com o “silêncio das fontes”. Considerando o acontecimento fabricante e fabricado, um pedaço de tempo, afirma que “é através dos farrapos da sua existência que o historiador trabalha se quiser dar conta dele”.

Nora (1993) atribui o estudo dos lugares de memória por parte dos historiadores ao fim de uma tradição de memória. “Nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstruída. Aprofundamento decisivo do trabalho da história, por um lado, emergência de uma herança consolidada, por outro” (Nora, 1993, p. 12). Esses dois movimentos remetem os historiadores aos instrumentos de base do trabalho histórico e aos objetos mais simbólicos de nossa memória, como os arquivos.

Nora (1993) considera os lugares de memória como restos, constituindo-se, em particular os arquivos, como marcos-testemunhos de uma outra era, das ilusões da eternidade. Para o autor (1993, p. 12-13), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea”. Torna-se necessário, então, por uma operação não natural, criar arquivos como lugares de memória.

A primeira parte do artigo trata da história do DF e de São Sebastião, apresentando-se a destinação da região da Fazenda Papuda para a instalação de Cerâmicas e olarias, visando à produção de tijolos e telhas para a construção de Brasília. Essa região veio a constituir o núcleo urbano da atual Região Administrativa de São Sebastião.

A segunda parte do artigo trata da história da primeira escola de São Sebastião, a da Cerâmica Benção, evidenciando-se, através de documentos, sua origem anterior à inauguração de Brasília, em 1959.

A terceira parte do artigo trata da ida ao arquivo propriamente dito, ao arquivo escolar da atual Escola Classe Cerâmica da Benção. Reflete-se sobre a produção da memória e do seu espaço arquivístico, realizando-se um balanço da presença ou ausência de documentos no acervo pesquisado.

Na quarta parte, destaca-se a constituição do fundo Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) do Arquivo Público do Distrito Federal. Ainda nessa parte, trata-se da publicação Atos Normativos da FEDF (1981),

que evidencia alguns aspectos legais da constituição do sistema de ensino do Distrito Federal.

Metodologia

Em termos metodológicos, os diferentes momentos da pesquisa, exigiram diferentes metodologias de trabalho. Trata-se de uma pesquisa historiográfica, utilizando-se de fontes documentais de arquivos para a reconstituição de uma história da primeira escola de São Sebastião. O empreendimento dessa pesquisa historiográfica no sentido estrito visa construir uma narrativa histórica sobre a primeira escola de São Sebastião, ancorada na historiografia e em alguns documentos localizados previamente e posteriormente a esta etapa.

A partir de diversas visitas de campo – ou idas aos arquivos (Farge, 2009) –, localizei, identifiquei e selecionei fontes em alguns lugares de memória relativas à primeira escola de São Sebastião: acervo da escola, Arquivo Público do Distrito Federal (Fundo Fundação Educacional do Distrito Federal), Conselho de Educação do Distrito Federal (Boletins), Museu da Educação do Distrito Federal e Biblioteca Central da Universidade de Brasília (Atos Normativos da FEDF).

Para a contextualização da região territorial que viria a situar a Escola Classe Cerâmica da Benção, recorri a documentos de arquivos históricos, como o mapa das fazendas existentes na região no período de constituição do Distrito Federal, além de documentos de acervos pessoais de pioneiros da cidade de São Sebastião, indicando a desapropriação de fazendas e um mapa cartográfico de arrendamento de terras públicas para a constituição de cerâmicas e olarias,

Como evidência da existência da escola no período anterior à inauguração de Brasília, fontes documentais indiretas referentes ao sistema educacional de Brasília, produzidas pelos órgãos do Estado responsáveis pela organização e manutenção das escolas, foram utilizadas para a constituição da sua história. Há no acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, uma planilha original, produzida pela NOVACAP em 17/10/1959, e uma cópia de um relatório da NOVACAP sobre a educação primária em Brasília, de dezembro de 1959, que evidenciam o início do funcionamento da Escola da Cerâmica Benção, e algumas de suas características. Trata-se de documentos que informam a existência da escola anterior à inauguração de Brasília, informação essa omitida no livro *Escolas da FEDF* (Distrito Federal, 1985), o qual registra a história das escolas públicas do Distrito Federal. Nesse acervo há duas entrevistas, uma com a Professora Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi, que lecionou na Escola da Cerâmica Benção de 1960 a 1962, e outra com Osvaldo Marciano da Silva, aluno que estudou na escola em 1962. Essas entrevistas revelam aspectos do cotidiano escolar da Escola da Cerâmica Benção, marcado pela improvisação. (MUDE, 1957-1980)

Considerando a escassez das fontes da história dessa escola, necessário se faz considerar as fontes para a história dessa mesma escola (Ragazzini, 2001). Foi possível mapear alguns documentos, em arquivos e acervos não escolares, que dizem respeito ao tipo das primeiras escolas de São Sebastião, ou seja, escolas primárias localizadas na zona rural. São

informações secundárias que evidenciam um tratamento conferido pelo sistema de ensino do Distrito Federal a esse tipo de escola.

Para a descrição de documentos referente à constituição da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), responsável pela gestão das escolas públicas do Distrito Federal no período de instalação da Prefeitura do Distrito Federal, recorre-se ao fundo arquivístico do Arquivo Público do Distrito Federal que guarda essa documentação, o fundo FEDF. Foram analisadas 150 atas de reuniões no período de 1960 a 1965, observando-se as referências às escolas primárias, especialmente da zona rural, considerando-se ser essa a natureza da primeira escola de São Sebastião.

Para complementar uma melhor compreensão da constituição do sistema de ensino do Distrito Federal, a publicação *Atos Normativos da FEDF* (1981) oferece uma coletânea de atos oficiais da FEDF, no período de 1960 a 1980. Foram selecionadas portarias, resoluções e instruções que dizem respeito às escolas rurais, destacando-se as que fazem referência direta às primeiras escolas localizadas hoje na região de São Sebastião.

1. A Ocupação da região da Papuda

No período da construção de Brasília, a atual área da Região Administrativa de São Sebastião abrangia as seguintes fazendas: Papuda, Taboquinha, Cava de Cima e Cava de Baixo, parte da Santa Bárbara e de Barreiros². Esses imóveis são originários do Município de Luziânia, que cedeu parte do seu território para a constituição do Distrito Federal, assim como Planaltina e Formosa³. Antes da construção de Brasília, esses municípios já possuíam um sistema de ensino subordinado ao estado de Goiás. (Distrito Federal, 1984)

O núcleo urbano da atual Região Administrativa de São Sebastião fazia parte da Fazenda Papuda, parte da qual foi desapropriada⁴ pelo governo de Goiás para a construção de Brasília e transferida para a União⁵, tendo sido incorporada à Companhia Urbanizadora da Nova Capital⁶ (NOVACAP), em 18 de fevereiro de 1957.

Com o início das obras da construção de Brasília, instalaram-se cerâmicas e olarias na região da Fazenda Papuda, principalmente ao longo do Córrego Mato Grande (divisa da Fazenda Papuda e Taboquinha) e do Ribeirão

²Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital. **Novo Distrito Federal: Planta Índice Cadastral**. Goiânia, set. 1958, 100 cm X 60 cm. Acervo Altamiro de Moura Pacheco. Academia Goiana de Letras. (SILVA; VIEIRA JÚNIOR, 2018, p. 266).

³ Codificação dos imóveis fundiários dos antigos municípios goianos: Formosa, Luziânia e Planaltina. (BARBO, 2010, p. 184).

⁴ Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas. **Certidão de desapropriação de parte da Fazenda Papuda pelo Estado de Goiás, em 22 set. 1956**. Luziânia / GO, 22 fev. 2003. Cópia. Acervo pessoal de Sebastião Azevedo Rodrigues - Tião Areia.

⁵ Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas. **Certidão de transferência da Fazenda Papuda do Estado de Goiás para a União e incorporação à NOVACAP, em 18 fev. 1957**. Luziânia / GO, s./d. Cópia. Acervo pessoal de Sebastião Azevedo Rodrigues - Tião Areia.

⁶ A NOVACAP foi criada pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, que delimitou o território do futuro Distrito Federal. Seu primeiro presidente foi Israel Pinheiro. Data de 03 de novembro de 1956 o “efetivo início da construção de Brasília”. (Distrito Federal, 2001, p. 19).

Santo Antônio da Papuda, hoje Região Administrativa de São Sebastião. Faixas de terra foram arrendadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), função mais tarde assumida pela Fundação Zoobotânica do DF⁷, vinculada à Secretaria de Agricultura e Produção, com o objetivo de atender à demanda da construção civil existente na época. (Distrito Federal, 2013)

A região era conhecida como Papuda, devido ao nome da fazenda por onde passava o rio Santo Antônio da Papuda, que desemboca do rio São Bartolomeu. Hoje o rio corta a cidade em duas partes. A Prefeitura Comunitária, presidida por Josino Alves, em 24 de fevereiro de 1985, decidiu nomear a então reconhecida região da Papuda como Agrovila São Sebastião, como forma de homenagear um dos fundadores da cidade, Sebastião Azevedo Rodrigues, o Tião Areia (Seabra Jr., 2012).⁸

2. A constituição do sistema de ensino do Distrito Federal e o registro da escola da Cerâmica Benção

A NOVACAP, através do seu Departamento de Educação e Saúde⁹, criado em 1957, era “responsável inicialmente por planejar e executar as atividades na área de educação e saúde da futura capital federal”, sob supervisão do médico Ernesto Silva. (ArPDF, 2018, p. 55) “Nesse mesmo ano tiveram início no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) a concepção e o planejamento do sistema educacional do futuro Distrito Federal. Um esboço do Plano foi publicado na Revista Brasília nº 10, de outubro de 1957.” (ArPDF, 2018, p. 56)

O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) recolheu o seu primeiro e mais importante acervo, o do Fundo NOVACAP, em 28 de abril de 1987. Em 2007, esse fundo foi reconhecido como Patrimônio Documental da Humanidade no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO e foi aprovada a sua inscrição no Registro Regional para a América Latina e Caribe da UNESCO do Programa Memória do Mundo. (ArPDF, 2018)

Para Jardim (1995), uma das características dos arquivos públicos brasileiros é que eles se voltam quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico. O recolhimento e salvaguarda desses documentos na instituição confundem-se com um processo de sacralização, há uma monumentalização dos seus documentos.

Em um levantamento realizado no acervo do Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE), há 155 cópias de atas de reuniões da NOVACAP no período de 1957 a 1964. Essas atas dizem respeito à educação e às escolas

⁷ Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. **Cartograma Áreas das cerâmicas da Papuda(pelos contratos): RA VII Paranoá**. Brasília, 1976. (Araújo, 2009, p. 43).

⁸ A Região Administrativa de São Sebastião, R.A. IV, foi oficialmente criada em 25 de junho de 1993, como desmembramento da antiga Região Administrativa do Paranoá.

⁹ NOVACAP. **12ª Reunião da Diretoria da NOVACAP**. Brasília, 6 fev. 1957. (MUDE, 1957-1980). Ratificação da criação dos departamentos da empresa.

A partir da Portaria nº 103/B/59, foi criado o Departamento de Educação e Difusão Cultural com o “encargo de promover atividades educacionais até a implantação definitiva do Sistema Educacional de Brasília”. (Distrito Federal, 1984, p. 18).

do Distrito Federal. A NOVACAP foi a responsável pela construção e manutenção das primeiras escolas de Brasília até a constituição da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), em 1959, e a criação da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), em 1960.

Na 66ª reunião do Conselho de Administração da NOVACAP (MUDE, 1957-1980), realizada no dia 24 de setembro de 1958, foi aprovada uma minuta de acordo¹⁰ que seria firmado entre a NOVACAP e o Ministério da Educação e Cultura, para a construção de edifícios previstos no Plano Escolar de Brasília. Esse convênio havia sido aprovado na 85ª reunião da Diretoria da NOVACAP, realizada em 01 de agosto de 1958. (MUDE, 1957-1980)

Em matéria do Jornal O Globo¹¹, de 07 de agosto de 1958, informa-se que, pelo convênio assinado, foi concedida a verba parcial de 50 milhões de cruzeiros para se iniciar a execução do projeto. Ressaltou-se a “construção de conjuntos escolares dentro da mais moderna técnica, até hoje não utilizada no Brasil”. (MUDE, 1957-1980) Destaca-se que todos os projetos haviam sido feitos por Oscar Niemeyer. O convênio fazia parte do Plano Escolar de Brasília e foi assinado pelo Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, e pelo Presidente da NOVACAP, Israel Pinheiro.

O primeiro documento identificado sobre a “Escola da Cerâmica Benção – Papuda” está sob a custódia do MUDE. Trata-se da “Planilha com professores, nº de alunos e series. Escolas Primárias Mantidas pela NOVACAP” (MUDE, 1957-1980). Produzida pela NOVACAP, essa planilha identifica todas as escolas primárias criadas e mantidas por essa Companhia, com o nome dos seus professores, o número de alunos e as séries que cursavam. Foi produzido em 17/10/1959 e assinado pela professora Santa Alves Soyer, coordenadora geral das escolas organizadas e mantidas pela NOVACAP.

Essa planilha (MUDE, 1957-1980) informa ainda que a Escola da Cerâmica Benção – Papuda entrou em funcionamento em 8/5/59 e que a sua professora, em 17/10/59, era Lúcia da Conceição Guaraciaba Calvoso. O vínculo dessa professora com a NOVACAP era de professora horista desde 24/8/59. A escola tinha 51 alunos, sendo que 43 alunos frequentavam a 1ª série e oito alunos, a 3ª série. A idade dos alunos variava de 7 a 13 anos.

Outro documento relevante localizado no MUDE é o “Relatório: A Educação Primária em Brasília” (MUDE, 1957-1980). Produzido pela NOVACAP, contendo seis páginas, o relatório é assinado pelas professoras Santa Alves Soyer (Coordenadora) e Stella dos Cherubins Guimarães (Secretária) e é datado de dezembro de 1959. Esse relatório lista a Escola da Cerâmica Benção como a nona escola instalada pela NOVACAP, em agosto de 1959. Esse mês de instalação em agosto é, portanto, diferente do mês de maio, quando essa escola teria entrado em funcionamento (08/05), de acordo com a planilha citada acima.

Ainda nesse Relatório (MUDE, 1957-1980), é apresentado um quadro que mostra a existência das novas escolas em cada ano. O Grupo Escolar I

¹⁰ Esse convênio havia sido aprovado na 85ª reunião da Diretoria da NOVACAP, realizada em 01 de agosto de 1958 (MUDE, 1957-1980).

¹¹ Boletim do Ministério da Educação, nº 12, de julho e agosto de 1958, p. 57-58. (MUDE, 1957-1980).

(mais tarde, Escola Júlia Kubitscheck) foi a primeira escola a ser criada pela NOVACAP, em 1957, com 150 alunos e cinco professores. Em 1958, já havia uma segunda escola, a Escola Dr. Ernesto Silva na Companhia Construtora Nacional, com 160 alunos e ainda contava com um Jardim de Infância anexo. Em 1958, essas duas escolas, incluindo o Jardim de Infância, atendiam 626 alunos e contavam com 18 professores. Em dezembro de 1959, já havia 12 escolas primárias e dois Jardins de Infância, atendendo 2.134 alunos e contando com 67 professores. Esse relatório lista ainda o nome das professoras das escolas mantidas pela NOVACAP, sendo que, em sua página 5, informa-se que Lúcia da Conceição Guaraciaba Calvoso era a única professora da Escola da Papuda.

Em 22 de dezembro de 1959, pelo Decreto nº 47.472 (Distrito Federal, 2001), foi instituída pela Presidência da República, no Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), que tinha por finalidade organizar e administrar o ensino primário e os ensinos de grau médio em Brasília, e incrementar as atividades culturais na nova Capital, conforme o Portaria do MEC nº 4, de 5 de janeiro de 1960, que criou o seu regimento. A CASEB foi criada em caráter transitório pelo MEC, “sendo a sua atuação apenas enquanto não se organizasse o governo de Brasília”. (Pires, 1978, p. 63)

Entre os dias 7 e 10 de janeiro de 1960, a Direção Executiva da CASEB realizou uma primeira visita a Brasília, visando à tomada de contas da situação educacional e do andamento da construção de escolas. Verificaram a situação do ensino e as perspectivas que se apresentavam para a instalação definitiva do sistema educacional programado (Distrito Federal, 2001).

Produziu-se um relatório a partir dessa visita, o qual registrou a presença de 12 escolas primárias funcionando provisoriamente em fins de 1959, dentre elas a Escola da Cerâmica da Benção. Provavelmente esse inventário baseou-se no relatório e na planilha da NOVACAP, produzidos em 1959, citados acima. No relatório da CASEB (Distrito Federal, 2001), afirmou-se que a administração do sistema educacional, que vinha sendo exercida pela NOVACAP, ficaria automaticamente transferida para a CASEB. Sugeriu-se, no entanto, que essa transferência fosse adiada para maio de 1960, na parte referente à administração das escolas já em funcionamento. Justificou-se esse adiamento em função da atuação eficiente que a NOVACAP vinha demonstrando na administração de suas escolas, confiada ao Dr. Ernesto Silva, e acrescentou-se que a NOVACAP havia firmado um contrato de trabalho com a maioria das professoras em exercício, o qual deveria vigorar até maio.

A primeira escola de São Sebastião não estava prevista no Plano Educacional de Brasília, elaborado por Anísio Teixeira. Conforme o relatório da CASEB:

[...] O **Sistema Educacional de Brasília** terá de desenvolver-se guardando, na distribuição e em outros aspectos de suas escolas, certas **relações de harmonia e de proporcionalidade com o próprio desenvolvimento urbanístico do novo Distrito Federal**. Todavia, a rapidez com que ali se formaram as primeiras aglomerações humanas, concentradas, na maior parte, em torno dos locais de trabalho,

tornou imperiosa, para a NOVACAP, a necessidade de se criarem **escolas de caráter transitório**, nesses pontos de maior concentração e, por isso, **não ajustadas às normas de construção e de localização que se tinham previsto**. No inventário do que, nesse particular, foi observado em Brasília, tem-se, pois, de distinguir entre essas realizações **precárias e a etapa a que atingiram as edificações escolares que definitivamente correspondem a um início da execução daquele planejamento**. (Distrito Federal, 2001, p.48, grifo meu).

Esse relatório, além de ressaltar a integração necessária do sistema educacional ao plano urbanístico, evidencia que algumas escolas teriam um caráter provisório, “não ajustadas às normas de construção e de localização que se tinha previsto”, considerando-as como realizações precárias. Dentre as 11 escolas provisórias listadas, há a escola da “Cerâmica Benção” (agosto de 1959), listada em último lugar, por ter sido a última a ser construída (Distrito Federal, 2001).

Entre as escolas concluídas, que fazem parte da Execução do Plano do Sistema Educacional de Brasília, ou seja, de caráter permanente, não transitório ou precário, há “uma escola em Papuda, de duas salas com capacidade para 140 alunos, em dois turnos”¹², em um total de quatro escolas (duas no Plano Piloto, uma em Taguatinga e uma na Papuda). Há ainda a indicação de cinco construções iniciadas ou em adiantada fase, todas no Plano Piloto (Distrito Federal, 2001).

Como foi apresentado acima, documentos da NOVACAP e da CASEB registraram a existência da Escola da Cerâmica Benção antes da inauguração de Brasília. No entanto, o primeiro documento que relaciona essa escola à rede de ensino oficial do Distrito Federal foi o Decreto “N” nº 481 do Governo do Distrito Federal, de 14 de janeiro de 1966. Esse decreto é considerado o ato de criação da Escola Rural Cerâmica da Benção¹³, bem como de todas as escolas existentes e que não possuíam esse ato. A escola deixou de denominar Escola Rural e passou a se chamar Escola Classe Cerâmica da Benção a partir da Resolução nº 95, de 21 de outubro de 1976¹⁴. (Distrito Federal, 1981, p. 542-634) Isso não implica dizer que ela deixou de ser uma escola rural, mas que sua designação deixou de expressar essa condição.

Considerando que se tratava de uma escola rural, nota-se que na concepção do Sistema Educacional de Brasília havia nitidamente uma separação entre o que foi planejado para o Plano Piloto e a realidade nas chamadas cidades satélites e na zona rural. No Plano Piloto, previa-se uma

¹² Como a escola da Cerâmica Benção (provisória) situava-se na antiga região da Papuda, estabelece-se uma dúvida quanto à possibilidade de ser a mesma escola em Papuda (execução do Plano). Se não, qual seria esta escola em Papuda? O mais provável é que seja a mesma escola, indicando que a escola provisória da Cerâmica Benção poderia vir a se transformar em uma escola definitiva na Papuda.

¹³ O livro *Escolas da FEDF* (Distrito Federal, 1980b) ignora a existência da Escola da Cerâmica Benção antes de 1966. Ele informa que a escola foi construída em 1967, iniciou suas atividades em 1968 e tem como ato de criação o Decreto “N” 481/66.

¹⁴ Essa determinou ainda, em seu anexo IV, que: “as escolas-classe, a seguir, que, comportam no máximo 6 turmas, ficarão sob a responsabilidade de um professor, com horas excedentes, credenciado através de ato próprio, pra desenvolver atividades-pedagógico-administrativas”.

escola-classe em cada superquadra, “com 8 salas, operando em dois turnos de 4 horas e capacidade de 480 alunos, destinada a ministrar educação intelectual sistemática” (Distrito Federal, 1971, p. 28-29). Havia ainda a previsão de uma escola-parque para cada grupo de quatro superquadras.

No Diagnóstico do setor educação no Distrito Federal, referente ao ano de 1970, produzido pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), estabeleceu-se assim o funcionamento das escolas nas cidades satélites e na zona rural:

Nas cidades satélites, o sistema apresenta as mesmas características dos outros Estados do Brasil. Não estão previstas escolas-parque, já que as escolas-classe se desincumbem de desenvolver a atividade da educação integral. **Na zona rural, funcionam as escolas agrupadas, com o máximo de duas salas e duas a quatro classes, e as escolas de classe única, nas quais o professor tem também atividades de natureza administrativa.** (Distrito Federal, 1971, p. 29) (grifo meu)

Essa caracterização de escolas agrupadas e de classe única remete à Lei Orgânica do Ensino Primário - Decreto Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946), em seu Art. 28, incisos I e II, e Art. 29 (Título IV, Capítulo III). Essa lei designa dentre os estabelecimentos de ensino primários mantidos pelo poder público, as escolas isoladas, “quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente”, e as escolas reunidas, “quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e um número correspondente de professores”, devendo estas escolas ministrar somente o ensino elementar.

Souza (2008), ao estudar a escola primária republicana, especialmente o modelo paulista, afirma que um dos maiores problemas enfrentados pelos professores das classes unitárias era o do ensino de diferentes classes de alunos de diferentes níveis de conhecimentos numa mesma sala de aula. Assim as caracteriza:

Consideradas muitas vezes como um “mal necessário”, as escolas isoladas tornaram-se, em todo o Brasil, a expressão da “escolinha” do bairro e da roça, a escola alfabetizante instalada predominantemente em zonas de população rarefeita, modesta em suas finalidades e marcada por muitas carências. (*Ibid.*, p. 45-46)

Como nos documentos que identificam a Escola da Cerâmica Benção (dois relatórios da NOVACAP citados acima) há somente o registro da professora Lúcia Guaraciaba Cardoso, atendendo alunos da 1ª e 3ª séries, em 1959, provavelmente tratava-se de uma **escola de classe única**, na qual a professora exercia também as atividades de natureza administrativa, de acordo com o tipo de escola previsto para a zona rural no sistema de ensino do Distrito Federal (Distrito Federal, 1971). Considerando a Lei Orgânica do Ensino Primário, seria uma **escola isolada**, por possuir somente uma turma de alunos, entregue a um só docente. (Brasil, 1946)

No acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, foi localizada uma entrevista com a Professora Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi, que

lecionou na Escola da Cerâmica Benção, de 1960 a 1962. A professora relatou sua chegada à escola na região da Papuda, em outubro 1960. Ela veio acompanhar o marido, Ítalo Moriconi, engenheiro responsável pela implantação da Cerâmica Arte, vizinha da Cerâmica da Benção.

E com essa falta do que preencher meu tempo, morando em uma cerâmica, eu que vim do Rio de Janeiro, morando na Zona Sul, com toda aquela vida agitada que é o Rio. De repente, eu me vejo, numa casa, de fazenda, no meio do nada, outra fazenda mais distante. E sem muito que fazer. E em um domingo eu resolvi passear pelas redondezas e fui conhecer a Cerâmica Benção. Nessa cerâmica, **tinha uma salinha, que chamavam de escola. Apenas uma sala.**

Eu sem experiência, tudo era novidade, primeiro, morar numa cerâmica, segundo, aquele deserto, terceiro, encontrar uma escola atípica, nunca tinha visto aquilo. Então, me esforcei. (MORICONI, 2017) (grifo meu)

A professora Maria Lúcia foi convidada pela professora Dalva para lecionar na escola ao saber que ela era professora normalista. Ela ficou responsável pelas classes de 2ª à 4ª séries e a professora Dalva cuidava da alfabetização. De manhã, a escola atendia as classes de alfabetização e a 2ª série, e à tarde, as classes de 3ª e 4ª séries. Segundo a professora Lúcia, ela adotou uma metodologia nova para lidar com alunos de diversas séries simultaneamente, utilizando trabalhos em grupo e individuais. (Moriconi, 2017)

Observa-se que com a chegada da professora Maria Lúcia, os alunos foram distribuídos em três turmas, conforme o depoimento da professora: duas com atendimento matutino e uma no turno vespertino. Dessa forma, a escola poderia ter se transformado em uma escola **agrupada** (conforme a caracterização dos tipos de escola na zona rural: com no máximo de duas salas e duas a quatro classes) (Distrito Federal, 1971, p. 29), ou uma escola **reunida** (conforme a Lei Orgânica do Ensino Primário: de duas a quatro turmas de alunos, e um número correspondente de professores). (Brasil, 1946).

Ela afirma que não se sentia preparada para enfrentar aquele desafio, mas se esforçou. Sentia-se insegura, especialmente na condução do trabalho de 4ª série. Frequentava reuniões pedagógicas no Plano Piloto uma vez por semana. Considerava as reuniões pedagógicas como uma troca de experiência entre colegas, quando ela buscava aquilo que lhe faltava. Quando perguntada pela entrevistadora se havia uma orientação conforme a metodologia de Anísio Teixeira, ela respondeu que não, “era algo mais rudimentar”. (Moriconi, 2017)

[...] Então eu saía da Papuda, naquela época: estrada de terra... estradinha...uma picadinha... e lá vinha eu... da Papuda pro Plano Piloto pedir socorro pra aquelas que eram consideradas as técnicas do departamento... [...] Me orientaram, fiquei mais segura, fiquei dando minhas aulas, graças a deus foi tudo bem. (Moriconi, 2017)

Pelo relato da professora Maria Lúcia, as técnicas do departamento que lhe deram livros, porque não tinha nada na escola, elas que forneciam caneta, lápis, papel. Considerou que seu esforço representou aproveitamento

dos alunos, que não ficaram desassistidos, e uma experiência para a sua vida. Por fim, enfatizou que no Plano Piloto não havia nenhuma professora na situação dela, de “multisseriação, professora de classe única”. (Moriconi, 2017)

Um ex-aluno da Escola da Cerâmica Benção em 1962 foi entrevistado pelo Museu da Educação do Distrito Federal. Osvaldo Marciano da Silva, nascido em Carmo do Paranaíba – MG, chegou na região da Papuda, em 1958, com quatro anos de idade. Seu pai era oleiro, trabalhava em uma cerâmica. O próprio Osvaldo trabalhou na Cerâmica, com dez anos de idade, no período das 7h às 11h, e estudava à tarde. Seu trabalho era ajudar a cortar o tijolo com um arame: “pra gente era uma diversão, estar ali trabalhando, porque não tinha outra coisa pra fazer. Era escola, estudar, não tinha energia, São Sebastião não tinha nada, era só poeira, não tinha nem armazém”. (Silva, 2015)

Ele se lembra da diretora, Dona Euclides, da primeira professora, Dalva, professora de primeira série, e das professoras: Francisca, Hermelina, Dona Raquel e Francisca. Segundo ele, as professoras dormiam na escola, só voltavam para casa no sábado, vinham de Unaí e de Luziânia toda semana. (Silva, 2015)

O ex-aluno assim se expressa em relação às professoras e à escola: “o pessoal tinha muito carinho pelo que fazia, ensinava muito bão pra gente, até a água, a gente que buscava numa cacimba, pra baixo da escola, pra por nos filtros. Então pra gente, aquilo ali era uma alegria... ficar ali ajudando... as salas a gente que ajudava a limpar, era muito bom.” (Silva, 2015)

A escola, segundo seu depoimento, tinha três salas de aula e funcionava de manhã e à tarde. Não havia quadro negro, a parede era rebocada. “Era uma escola improvisada”. (Silva, 2015) As professoras ensinavam no caderno e em apostilas.

Como não tinha energia em casa, eles estudavam somente na escola. Segundo o ex-aluno, eles aprendiam muito, aprendiam porque o professor usava um método, o de leitura: “um começava a ler, outro continuava, tinha que estar lendo o livro todinho, enquanto o outro estava lendo, porque você não sabia a hora que a professor ia mandar você começar. Aprendi, graças a Deus, bastante”. (Silva, 2015)

O relato do ex-aluno revela ainda a precariedade das condições de vida; o fato de trabalhar na cerâmica, plantar, cuidar da horta, e a ausência de serviços comerciais e de saúde na região. Ainda assim, o depoente revela ter tido uma vida saudável e demonstra uma alegria por ter tido a oportunidade de estudar, demonstrando o espírito cooperativo que prevalecia naquele momento: todos ajudavam nas tarefas necessárias para a melhor convivência, incluindo ir buscar a água e limpar as salas. Ele demonstra muito respeito pelas professoras e diretoras. As condições para a realização das tarefas escolares eram simples, como a inexistência de quadro negro, mas não há no relato nenhuma manifestação de insatisfação, quanto, por exemplo, à falta de material. Refere-se, inclusive, ao uso de apostilas e livros. No entanto, o ex-aluno enfatiza que era uma escola improvisada.

Talvez, esse seja um ponto de convergência entre os discursos da professora Maria Lúcia e do aluno Osvaldo, a improvisação diante das adversidades, e o rudimentar das práticas cotidianas. Ainda assim, e

experiência escolar revela ter sido marcante na vida dos dois sujeitos da Escola da Cerâmica da Benção.

3. O acervo da Escola Classe Cerâmica da Benção

O arquivo escolar constitui-se como um espaço de guarda de documentos privilegiados para a pesquisa, em uma perspectiva da historiografia da educação voltada para o cotidiano e para as práticas escolares ou para uma história das instituições escolares, não limitada às normas que as instituem e organizam ou ao pensamento pedagógico que as pressupõem. Os arquivos são, nesse sentido, construídos como lugares de memória que, de acordo com Nora (1993), existem em razão da ameaça da perda das lembranças que eles envolvem, devendo a história deles se apoderar “para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los.” (Nora, 1993, p. 13)

Realizei um levantamento preliminar de fontes no arquivo da Escola Classe Cerâmica da Benção, no período de 1959-1996, indicando os tipos documentais que foram produzidos conjuntamente por agentes da escola ou dos órgãos da então Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal e do MEC. Não há no arquivo da escola uma organização clara quanto aos tipos de documentos, nem quanto ao seu período. Os documentos são diversificados, o pouco que foi guardado e preservado, com toda sua fragilidade, entretanto, pode oferecer pistas valiosas para que os historiadores da educação ou de outras áreas do conhecimento possam utilizá-los como fonte para suas pesquisas.

O acervo da Escola Classe Cerâmica da Benção guarda cerca de 30 caixas-arquivos contendo diários de classe dos professores, compreendendo o período de 1980 a 1996. Em relação aos alunos, foram localizados alguns documentos, como fichas individuais e históricos escolares. Há também quadros de desempenho escolar, do quantitativo de alunos por turmas e da movimentação de alunos. Quanto à administração escolar, há ainda ofícios-circulares, planos de ação, mapas de merendas, registro de compras internas e correspondências expedidas. Em relação à gestão de pessoal, há a relação do pessoal existente na escola, em termos quantitativos e com o nome de professores e serventes. Em livros atas, há registros de transferências de alunos, regularização de registro escolar de alunos, registro de matrícula e promoção mediante prova de capacitação. Por último, há alguns poucos formulários do censo escolar do MEC.

Há nesse acervo alguns poucos documentos de 1974, sendo a maior parte referente ao período posterior a 1980. Constata-se, assim, uma ausência de documentação na escola referente aos primeiros 15 anos de funcionamento.

O desconhecimento dos acervos existentes nos arquivos, para Nunes e Carvalho (1993), compromete uma compreensão crítica da trajetória da educação. Esse desconhecimento se dá “pela ausência de uso dos acervos organizados e disponíveis para a pesquisa e pela compreensão estereotipada do material arquivístico, usado como objeto acabado e probatório de determinadas posturas teóricas.” (Nunes e Carvalho, 1993, p. 30) Esses dois aspectos, para as autoras (1993), apresentam-se como dificuldades que se colocam para o historiador na ida aos arquivos: a sistemática destruição das fontes históricas e dos suportes de memória coletiva e a subestimação da

relação entre a preservação documental e a recuperação ou fortalecimento da identidade social. No entanto, de acordo com as autoras, compete ao historiador informar sobre o que há nos arquivos e suas lacunas e fazer uma leitura crítica dos documentos; sua identificação é imprescindível, obrigando-nos a lançar sobre as fontes um novo olhar.

4. A Fundação Educacional do Distrito Federal: a presença das escolas rurais nas reuniões do Conselho Diretor e nos Atos Normativos.

A Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) foi instituída pelo governo federal em 17 de junho de 1960 (Decreto nº 48.297/60), “com a finalidade de prestar assistência educacional à população da capital da República, nos níveis elementar e médio”. (Distrito Federal, 1981, p. XVI) Esse decreto extinguiu a CASEB e autorizou o Ministério da Educação e Cultura a cooperar na organização, manutenção e administração da Fundação que viria a ser instituída pela Prefeitura do Distrito Federal. (ArPDF, 2018) Cabia à FEDF criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino elementar primário, de acordo com os seus estatutos publicados em 28 de junho de 1960. (ArPDF, 2018)

Em 28 de março de 1961 (Decreto nº 43), a FEDF passou a vincular-se à Superintendência Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal. Em 10 de dezembro de 1964 (Lei nº 4.545), passou a se subordinar à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (SEC) (ArPDF, 2018), quando coube à SEC organizar o sistema de ensino do Distrito Federal.

Foi localizado no Arquivo Público do Distrito Federal o Fundo FEDF, constituído em 18 de dezembro de 2018, a partir de um recolhimento de documentos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Esse recolhimento equivale a 144 caixas-arquivo e um volume isolado, correspondendo a 20,1 metros lineares, com datas-limite de 1960 – 2002. Realizei um levantamento de 151 reuniões do Conselho Diretor da FEDF, no período de 1960 – 1966. Como já assinalado acima, nesse período, cabia à FEDF a prestação direta dos serviços públicos de educação, até a criação da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (SEC), responsável então por organizar o sistema de ensino do Distrito Federal. No levantamento realizado, não foi constatado nenhuma referência nominal à Escola da Cerâmica Benção ou à Escola Rural Cerâmica da Benção. Há, no entanto, algumas poucas alusões às escolas da zona rural.

Já na primeira reunião do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal, realizada no dia 11 de outubro de 1960, “foi debatido o assunto concernente à construção do aumento da rede escolar, ficando reconhecida a necessidade de se construir, como já está planejado, **escolas provisórias junto às chamadas invasões**. Deliberou-se estudar um **plano de preferência para a construção de escolas, quer no Plano Piloto, quer na periferia**”. (ArPDF, 1960 – 1966) (grifo meu) Ressalta-se que permanece a intenção de construção de escolas provisórias, nas “chamadas invasões”, e a necessidade de um plano de preferências para a construção de

escolas. A responsabilidade das construções continuava sendo também da NOVACAP¹⁵.

Na segunda reunião extraordinária do Conselho Diretor da FEDF (ArPDF, 1960-1966), realizada no dia 21/11/1960, o presidente do Conselho, Bayard Lucas de Lima, falou da necessidade de se insistir junto à NOVACAP para apressar as construções das futuras escolas previstas e da possibilidade de se averiguar se os engenheiros do Ministério estudariam um tipo de escolas a ser adotado nos setores suburbanos e Cidades Satélites. Esse estudo está associado ao fato dessas escolas não estarem contempladas dentro do modelo do plano educacional ajustado às escolas do Plano Piloto.

Alguns meses antes, em 09 de agosto de 1960, a Diretoria da NOVACAP se reuniu e decidiu:

Encaminhar ao Conselho, a proposta do Diretor Ernesto Silva, para a execução de um Programa de Construções de Hospitais e Escolas, no Plano Pilôto e Cidades-Satélites, opinando pela concessão da autorização, em princípio, para ser executado de acôrdo com as solicitações da Prefeitura e em função dos créditos que forem concedidos. (MUDE, 1957-1980).

Em 16 de setembro de 1960, a Diretoria da NOVACAP, em sua 205ª reunião, decidiu autorizar a extinção dos Departamentos de Saúde e de Educação e Difusão Cultural e, em 27 de setembro de 1960, em sua 209ª reunião, decidiu encaminhar à Fundação Educacional do Distrito Federal o orçamento médio das escolas e hospitais, cuja construção é mais imprescindível e urgente. (MUDE, 1957-1980)

Foi constatada uma preocupação dos pais no sentido de que as escolas fossem mais abrigadas, quando o Conselho Diretor da FEDF (16ª reunião, em 07/04/61) sugeriu que o planejamento das escolas fosse feito pela própria FEDF, devendo “haver a previsão de uma melhor estrutura principalmente no que diz respeito ao enquadramento das escolas do setor rural” (ArPDF, 1960-1966). Essa preocupação já havia sido demonstrada na segunda reunião extraordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada no dia 21/11/1960, conforme exposto acima. Percebe-se nesse trecho da reunião que, embora o funcionamento das escolas fosse diferenciado, houve a demonstração de certa preocupação quanto a uma melhor estrutura das escolas, especialmente as do setor rural.

Em 1961 (ArPDF, 1960-1966), foi discutida pelo Conselho Diretor da FEDF a necessidade de construção, equipamento e manutenção de mais seis escolas rurais. Então, foi organizado um grupo de trabalho para o levantamento

¹⁵ Na 79ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (ArPDF, 1960-1966), realizada em 21/09/1962, aprovou-se a proposta do Conselheiro Dr. Álvaro Álvares da Silva Campos, de uma resolução em que se reitera às autoridades competentes de que “compete à NOVACAP construir imediatamente a rede escolar, de acordo com a escala de prioridade já aprovada por este Conselho no início do corrente ano”.

Apenas em 16 de junho de 1965, com o Decreto nº 422 (ArPDF, 2018), seguindo os preceitos da lei que instituiu a Secretaria de Educação e Cultura (Lei 4.545/64), não competia mais à FEDF a prestação direta dos serviços públicos, no entanto, cabia a ela promover a construção de prédios destinados ao ensino oficial, de acordo com a programação elaborada pelos órgãos centrais para expansão da rede.

das áreas onde haveria mais necessidades de escola. Seria solicitado ao Prefeito que buscasse junto ao MEC auxílio de dez milhões de cruzeiros para serem empregados na construção e equipamentos. A Diretoria de Ensino Elementar (D.E.E.), nessa ocasião, apresentou um relatório de pesquisas feitas na zona rural, cuja conclusão do trabalho deveria ser nos últimos dias de agosto (26^a e 28^a reuniões do Conselho Diretor da FEDF, em 10/07/61 e 01/08/61). Não há nessas reuniões a identificação de nenhuma localidade referente às escolas rurais.

Realizei também uma pesquisa na publicação da Fundação Educacional do Distrito Federal que reúne os atos oficiais da FEDF, no período de 1960 a 1980, denominada Atos Normativos da FEDF (Distrito Federal, 1981), localizada na Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Foi feito um levantamento das portarias, resoluções e instruções que dizem respeito às escolas rurais.

De acordo com o organograma da Coordenação de Ensino Elementar, aprovado pela Resolução nº 12, de 17 de março de 1961 (Distrito Federal, 1981, p. 183-189), havia os seguintes tipos de escolas: escola parque, escolas do plano piloto e zona suburbana, **escolas das cidades satélites e rurais**, jardins de infância e escolas para excepcionais. Enquanto as escolas do plano piloto eram geridas por diretores, as escolas suburbanas e rurais com duas classes ou mais tinham seus “responsáveis por escolas”. A gratificação para esse responsável por escola correspondia a 1/6 do salário-mínimo¹⁶, registrando-se nesse período a existência de cinco escolas desse tipo. Em novembro desse mesmo ano, foi aprovado um pedido de aumento de gratificação aos professores responsáveis por escolas, “em face das atividades especiais e horários de trabalho que exercem, conforme expresso na 41^a reunião do Conselho Diretor da FEDF, em 30/11/1961. (ArPDF, 1960-1966)

Essa tipologia de escolas foi alterada por pelo menos duas vezes, não mais discriminando as escolas rurais das demais, mas considerando o número de classes de cada escola genericamente, através da Resolução nº 15, do Conselho Diretor da FEDF, de 29/03/62 (Distrito Federal, 1981, p. 207) e da Portaria nº 65, de 12/08/1969 (Distrito Federal, 1981, p. 36-37).

Em 16 de junho de 1965 (Distrito Federal, 1981, p. 260), foi concedido ao professor da zona rural um auxílio adicional (Resolução nº 18, aprovada na 127^a reunião do Conselho Diretor da FEDF), e em 01 de junho de 1967 (Distrito Federal, 1981, p. 279), uma gratificação aos professores da zona rural (Resolução nº 05). Quando foi instituída a carreira de professor de ensino médio e elementar (Resolução nº 13, de 01/09/1967), foi concedida aos professores de ensino elementar em efetivo exercício em escolas na zona rural uma ajuda de custo na base de 12% do salário da Classe A. (Distrito Federal, 1981, p. 281-282)

Quando a Escola Rural Cerâmica da Benção alterou sua denominação para Escola Classe Cerâmica da Benção, a partir da Resolução nº 95, de 21 de outubro de 1976 (Distrito Federal, 1981, p. 542-634), seu vínculo era com o Complexo Escolar do Gama, assim como as outras quatro escolas classes que

¹⁶ Um diretor de escola classe recebia uma Função Gratificada equivalente a 1 (um) salário mínimo e seu vice-diretor, ½ (meio) salário mínimo. Havia a necessidade de 14 funções gratificadas desse tipo, o que correspondia à quantidade de escolas classes. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 183-189).

já existiam na região de São Sebastião: Jataí, Cachoeirinha, Cerâmica São Paulo e Nova Betânia. Em 1978, estas escolas vinculavam-se ao Complexo Escolar “C” do Gama; em 1979, ao Complexo de Educação Rural do DF – CREDER e, em 1980 (Instrução nº 58, de 29 de janeiro de 1980, Distrito Federal, 1981, p. 1220-1221), ao Complexo Escolar “A” do Núcleo Bandeirante. (Distrito Federal, 1980b)

Em 1980, a Portaria nº 17 (Distrito Federal, 1981, p. 142-151), de 07 de julho de 1980, concedeu reconhecimento aos Estabelecimentos Oficiais de ensino, tendo em vista o disposto nos Pareceres 107/79-CEDF e 006/80 – CEDF¹⁷. A partir dessa portaria, a Escola Classe Cerâmica da Benção passa a ter reconhecimento pelo CEDF.

Conclusões

A existência da Escola da Cerâmica Benção, de caráter provisório e anterior à inauguração de Brasília, se dá em função da ocupação da região da Papuda, destinada à produção de tijolos para a construção de Brasília. A reconstituição da história dessa primeira escola na atual Região Administrativa de São Sebastião/DF é apresentada, principalmente, a partir do uso de fontes documentais produzidas pelos órgãos do Estado responsáveis pela organização do sistema educacional de Brasília, dispersas em diversos acervos arquivísticos.

O Plano Educacional de Brasília estava voltado para os moradores do Plano Piloto, primeiro para os filhos dos funcionários públicos que seriam transferidos. Não se planejou a permanência dos trabalhadores que construíram Brasília, ofertando-lhes moradia, educação, saúde ou transporte. No entanto, muitos permaneceram, resistiram e fundaram várias cidades. A Escola da Cerâmica da Benção em São Sebastião é assim criada à margem do Plano Educacional de Brasília, refletindo em parte um sistema de ensino intrinsecamente diferenciado.

Tanto a urgência da construção de escolas para uma população que não parava de crescer, oriunda de diversas regiões do país, como as condições precárias de sua instalação, são marcas das escolas localizadas nas chamadas cidades satélites e na zona rural. A partir dos depoimentos da Professora Maria Lúcia e do aluno Osvaldo Marciano, evidencia-se a improvisação de práticas escolares cotidianas. Entretanto, a escola não deixou de ser valorizada como parte fundamental na formação desses sujeitos.

A pesquisa apresenta uma lacuna temporal na documentação do arquivo escolar, correspondendo aos 15 primeiros anos da instituição escolar. No entanto, os poucos documentos guardados, de forma pouco organizada e em condições de preservação preocupante, identificam pessoas que participaram do cotidiano escolar, práticas administrativas e pedagógicas,

¹⁷ O Parecer 006/80 – CEDF “ratifica os termos da análise do Parecer nº 107/79, que considera os estabelecimentos de ensino da rede oficial autorizados e reconhecidos e que dispõe sobre as escolas oficiais que vierem a ser criadas”. (Distrito Federal, 1980a, p. 87). Pelo Parecer nº 107/79 do CEDF, as escolas que viriam a ser criadas seriam reconhecidas por ato do Secretário de Educação e Cultura, ouvido o CEDF quanto ao plano de funcionamento, dispensando a autorização. (Distrito Federal, 1979, p. 511)

conteúdos que estavam sendo ensinados e metodologias que estavam sendo utilizadas. Uma diversidade documental que pode oferecer pistas valiosas para que os historiadores da educação ou de outras áreas do conhecimento que queiram utilizá-los como fonte para suas pesquisas.

A escassez de fontes referente às escolas da zona rural nos acervos das instituições arquivísticas responsáveis pela gestão do sistema educacional é também notável. O pouco que foi identificado, por exemplo, nas atas de reuniões do Conselho Diretor da FEDF, revelou a existência de uma preocupação quanto à melhoria da estrutura dessas escolas, ainda que de forma ocasional e pontual. Destaca-se também certa dependência da FEDF quanto, por exemplo, à construção escolas, no que diz respeito à agilidade de outras instâncias, como a NOVACAP e a Prefeitura do Distrito Federal, sendo que esta ainda necessitava da disponibilidade orçamentária do Ministério da Educação e Cultura. A urgência que se manifestava para as escolas do plano piloto e até das cidades satélites não foi manifestada para as escolas rurais.

Havia uma diferenciação no funcionamento das escolas rurais quanto, por exemplo, às funções gratificadas dos responsáveis dessas escolas. Aos professores que atuavam nessas escolas, entretanto, foi concedida uma gratificação, considerando que isso os motivaria “para os sacrifícios que as circunstâncias irremediavelmente lhe exigirão” e representava “a valorização da sua tarefa e o interesse dos poderes públicos pelo nosso camponês”, segundo o Parecer nº 22/63 do Conselho Estadual de Educação do Distrito Federal. (Distrito Federal, 1966)

Por fim, a existência da Escola da Cerâmica Benção se deu independente de sua autorização ou reconhecimento pelos órgãos competentes, o que veio a se verificar anos após sua existência de fato.

Jardim (1995) sugere que o Estado brasileiro dispensa o exercício da sua memória, incluindo a sua socialização, como referência à sua identidade e à sua continuidade institucional. Os arquivos públicos constituem-se lugares periferizados no Estado e quase invisíveis socialmente, tornando-se também agentes do esquecimento. Como o Estado prescinde da memória enquanto instância legitimadora, “até porque talvez tenha constituído estratégias de legitimação pelo esquecimento, das quais os arquivos públicos sejam uma das expressões mais evidentes”, os arquivos públicos “encontram-se também deslegitimados no aparelho do Estado e na sociedade em geral”. (Jardim, 1995, p. 9-10)

Lane (2009) compara os documentos de arquivo com peças de louças quebradas, sendo muito difícil encontrar louças completas. Diz a autora que o poder de arquivar equivale ao de sacralizar, alertando sobre o risco do arquivo ser convertido no relicário de um colecionador.

Referências

Araújo, Mara de Fátima dos Santos. **São Sebastião-DF: do sonho à cidade real**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4362>>. Acesso em: 09/05/2016.

Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), Brasília. 1960 - 1966. **Fundo Fundação Educacional do Distrito Federal.**

Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). **Guia de fundos.** Brasília, 2018.

Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Universidade Estadual de Maringá (PR), n. 10, jul./dez. 2005. 150 p. Dossiê. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647>>. Acesso em: 16/02/2019.

Arquivos, objetos e memórias educativas: práticas de inventário e de museologia. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), jan./abr. 2011. 132 p. Dossiê. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38507>>. Acesso em: 16/02/2019.

Barbo, Lenora de Castro. **Preexistências de Brasília: reconstruir o território para construir a memória.** Universidade de Brasília, 2010. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Barbo%2C+Lenora+de+Castro>>. Acesso em: 09/05/2016.

Brasil. Decreto – Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial da União.** 04 jan. 1946. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/533568/publicacao/15813703>>. Acesso em: 12/11/2019.

Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas. **Certidão de desapropriação de parte da Fazenda Papuda pelo Estado de Goiás, em 22 set. 1956.** Luziânia (GO), 22 fev. 2003. Cópia. Acervo pessoal de Sebastião Azevedo Rodrigues.

Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas. **Certidão de transferência da Fazenda Papuda do Estado de Goiás para a União e incorporação à NOVACAP, em 18 fev. 1957.** Luziânia / GO, s./d. Cópia. Acervo pessoal de Sebastião Azevedo Rodrigues.

Cook, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos históricos**, n. 2, 1988. p. 129-149.

Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus. **Revista Pro-Posições**, UNICAMP (SP), v. 16, n. 1 (46), jan./abr. 2005. 152 p. Dossiê. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/issue/view/1032>>. Acesso em: 25/05/2020

Distrito Federal. Conselho de Educação do Distrito Federal. Parecer n. 22, de 06 de dezembro de 1963. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 1: Indicações e Pareceres: 1962-1965, Brasília, DF, 1966, p. 67-68.

Distrito Federal. Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. **Diagnóstico do setor educação no Distrito Federal**: Brasília, 1970. Brasília: CODEPLAN, 1971.

Distrito Federal. Conselho de Educação do Distrito Federal. Parecer n. 107, de 05 de dezembro de 1979. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 14: Pareceres: 1979, Brasília, DF, 1979, p. 509-512.

Distrito Federal. Conselho de Educação do Distrito Federal. Parecer n. 06/80. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 15: Pareceres: 1980, Brasília, DF, 1980a, p. 87.

Distrito Federal. Secretaria de Educação e Cultura. Fundação Educacional do Distrito Federal. **Escolas da FEDF**. Vol. II. Brasília: Cobapa, 1980b.

Distrito Federal. Secretaria de Educação e Cultura. Fundação Educacional do Distrito Federal. **Atos normativos da FEDF: 1960 – 1980**. Brasília: FEDF, 1981. 3 v.

Distrito Federal. Secretaria de Educação e Cultura. **A origem do Sistema Educacional de Brasília**: criação da CASEB, 22/12/1959. Elaboração de Celso Bubeneck, Gildo Villadino (Coord.); Regina Márcia de Jesus Lima. Brasília: Departamento de Planejamento Educacional, 1984. Projeto de Arquivo da Memória da Educação em Brasília.

Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **40 Anos de Educação em Brasília**. Brasília: Subsecretaria de Planejamento e de Inspeção de Ensino. 2001.

Distrito Federal. Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios (PDAD)**: 2013: São Sebastião. Brasília: CODEPLAN, 2013. Histórico da Região Administrativa - São Sebastião – RA XIV. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioeconômicas/PDAD/2013/SãoSebastião.pdf>>. Acesso em: 09/05/2016.

Farge, Arlette. **O Sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Farge, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Galvão, Ana Maria *et al.* Difusão, apropriação e produção do saber histórico: a Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). **Revista Brasileira de História da Educação**, Universidade Estadual de Maringá (PR), n. 16, p. 171-234, jan./abr., 2008. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38592>>. Acesso em: 16/02/2019.

Jardim, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

Lane, Kris. Memórias robadas: reflexiones sobre archivos, historia y poder. In: **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas** 46. Böhlau Verlag Köln/Weimar/Wien, 2009. p. 167-176.

Le Goff, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

Moriconi, Maria Lúcia Ismael Nunes. **Entrevista**. Brasília, 28 set. 2017. Museu da Educação do Distrito Federal.

Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE), Brasília. 1957-1980. **Documentos textuais**.

Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo (10), dez. 1993.

Nunes, Clarice; Carvalho, Marta Maria Chagas de. **Historiografia da educação e fontes**. Cadernos ANPED, n. 5. Porto Alegre, set. 1993. p. 7-64.

Patrimônio histórico-educativo escolar: os arquivos históricos em suas instituições de origem. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 2, n. 2, jan./jun. 2016. 87 p. Dossiê. Disponível em <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9242>>. Acesso em: 16/12/2018.

Pereira, Eva Waisros *et al.* (Orgs.). **Nas asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

Pires, Lêda Gurgel. **O Conselho de Educação do Distrito Federal**: competência, organização, funcionamento. Dissertação de mestrado. UnB: Faculdade de Educação, 1978.

Ragazzini, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 13-28. 2001. Editora da UFPR.

Seabra Jr., Maurício do Monte. **Memórias do Barro**. Brasília, 2012.

Silva, Elias Manoel da; Vieira Júnior, Wilson. **Goyaz: guia de cartografia histórica**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/GOYAZ-Guia-de-Cartografia-Hist%C3%B3rica.pdf>>. Acesso em: 05/06/2020.

Silva, Osvaldo Marciano da. **Entrevista**. Brasília, 06 mar. 2015. Museu da Educação do Distrito Federal.

Souza, Rosa Fátima de. **A escola primária e a formação do cidadão brasileiro (1890-1960)**. In: Souza, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 1. p. 19-86.

